



debates para o socialismo

TEXTOS

(de intervenção e circunstância)

77-80

Fundação Cuidar o Futuro

**Reflexão e Acção Socialista (RAS)
Centro de Estudos Socialistas (CES)**

1980



textos de intervenção

PG.

1 a esquerda socialista e o futuro

1

ras fevereiro 1979

2 a situação actual - portugal 1979

15

viabilizar um regime democrático avançado

ces novembro 1979

3 portugal - que vias de desenvolvimento?

27

que instituições?

Fundação Cuidar o Futuro

ras / ces fevereiro 1980

1 a esquerda socialista e o futuro



1. A esquerda socialista, de inspiração marxista mas de cariz não dogmático e não estalinista, tem reduzidas raízes históricas e sociais neste país. Embora se entronque na tradição socialista revolucionária do movimento operário (ainda mal estudado e conhecido) é no movimento estudantil a partir da crise de 62 que vai surgir de modo minimamente coerente o esforço de construir (pelo menos teoricamente), uma alternativa à prática puramente antifascista do PCP. Para o facto contribuíram essencialmente três ordens de factores: a) A dinâmica do movimento estudantil, ela própria reflexo da crise política expressa pela campanha Delgado e suas consequências, e ainda o início da guerra colonial; b) A crise do movimento comunista e a querela sino-soviética; c) O surgimento em França (PSU, Gorz, etc.) e em Itália (PSUP, Bassio, etc.) de um esforço de teórica e politicamente e politicamente autonomizar, face ao esclerosamento dos PC's tradicionais e à total integração dos PS's, uma alternativa baseada nas contradições específicas do capitalismo desenvolvido e das potencialidades de contestação e de recusa do sistema de estratos e fracções de classe em grande desenvolvimento (operários dos sectores de ponta, os trabalhadores intelectuais, etc.

Momentos significativos na expressão deste movimento são, em 1969 a crise estudantil coimbrã e algumas CDE's nas eleições legislativas desse ano.

2. No pós 25 de Abril este projecto vai ser assumido por grupos como o MES mas reflectindo-se, também, claramente no programa do PS.

Não é aqui o momento de fazer o balanço da prática daquelas organizações. Não aconteceu apenas uma derrota política: a actuação desses grupos e partidos foi de tal modo contraditória com o próprio projecto político que essas práticas acabaram por desacreditar, em relação a largas manchas de trabalhadores, o próprio projecto.

É verdade que a própria natureza do processo desencadeado com

o 25 de Abril, com o esboroar de grande parte do aparelho de estado fascista e ainda o fraco e desequilibrado desenvolvimento económico facilitaram o enveredar por essas práticas. Mas, essencialmente, o que os grupos que se reivindicavam da esquerda socialista não compreenderam é que o seu projecto nunca seria viabilizado por uma reprodução mais ou menos mecânica do golpe leninista de 1917. Só uma forte estruturação da organização de base, uma forte identificação do tecido social que permitisse uma significativa aliança de classe que unisse num mesmo projecto sectores da pequena burguesia urbana, mas também de pequenos camponeses do Norte sob a hegemonia da classe trabalhadora, permitiria criar as condições duma significativa intervenção ao nível do poder central.

Antes da consumação da derrota política (Novembro de 1975) sectores da esquerda socialista tiveram alguma consciência dos erros fatais que se cometiam mas foram incapazes ou impotentes para terem algum impacto; por exemplo, refira-se certos esforços para levar a cooperar as tendências expressas, a nível militar, por Otelo e Melo Antunes.

3. Tirar a lição dos erros cometidos e repartir com aquilo que o próprio processo decantara, tal era o caminho a seguir.

A partir dos fins de 1976 começaram a reunir-se um conjunto de grupos que embora se reencontrassem no essencial do projecto tinham origens e práticas muito diferenciadas.

O caminho era longo a percorrer e a aproximação organizativa não podia ser feita administrativamente. Também aqui não nos iremos deter nesse processo nem nas razões que levaram à sua abrupta interrupção. Destas, duas são sobejamente conhecidas: a integração da parte mais significativa da IS no PS e a criação da UEDS.

Dos IS diremos apenas que quão vão será, neste momento, tentar reformar por dentro este PS e quanto a opção tomada poderá significar o trocar um projecto por algumas projecções individuais.

A UEDS mais não é que um outro momento no esboroar da deslavadada ala esquerda do PS que o oportunismo ingénua do MSU, que pensa-

va assim liderar largas massas descontentes do PS, permitiu organizar um congresso onde as ilusões hegemónicas e partidocráticas deram o tom. Alguns meses decorridos e a patente ausência da UEDS nos locais onde deveria naturalmente estar tornam evidente o fracasso da UEDS em ser o pólo aglutinador de toda a esquerda socialista.

4. Tirem-se para já três conclusões.

A primeira, chamemos-lhe a nível de projecto, é que a esquerda socialista se soube fazer um discurso lírico sobre o poder popular, soube muito mal conhecer este país e fazer as mediações entre as aspirações do nosso povo e esse projecto; esqueceu-se, em particular, do peso de certas formas culturais e ideológicas. Descobriram-se algumas palavras mágicas cuja recitação era a condição de entrada no limbo dos eleitos.

A apreensão das profundas contradições que atravessam a nossa sociedade; a potencialidade, serão revolucionária pelo menos não contrarrevolucionária, das formas de resistência de certos estratos a uma modernização acelerada e suicida para a independência nacional; a importância das reivindicações de uma nova qualidade de vida; a essencialidade de um sindicalismo que não seja mera correia de transmissão de projectos partidários; a força das reivindicações regionais contra um poder central burocrático e avassalador, a importância de formas institucionais que articulem a democracia de base com a democracia representativa; a especificidade muito própria do sector social em Portugal. Eis alguns, entre vários outros, dos elementos que deveriam integrar a reflexão e prática da esquerda socialista, e que nunca chegou a ser feito de maneira minimamente conseqüente. Dramaticamente, vimos assistindo à apropriação destes temas por um certo centrodireita liberal e reformador.

A segunda conclusão é, se quisermos, de carácter organizativo. Da experiência histórica e não só portuguesa, tornou-se patente que o projecto da esquerda socialista não pode ser accionado a partir de uma qualquer autoproclamada vanguarda. Tem de haver uma rup



tura clara com o modelo leninista da tomada do poder; não se nega a sua eficácia em determinadas circunstâncias mas reconhece-se que ele contém intrinsecamente em si os germes de destruição do próprio projecto. Infelizmente (ou felizmente) não há modelos pré-fabricados. As vias para a destruição do velho mundo capitalista e para a construção da nova sociedade são vários, mas há pelo menos alguns quesitos necessários. Apenas insistiremos no seguinte: o socialismo estará tanto mais ao abrigo de desvios quanto mais reflectir um rico tecido social articulado por uma vasta rede de estruturas sociais e políticas devendo a evolução do superestrutural reflectir e unificar os avanços dessa base.

Finalmente a terceira conclusão é de ordem política e tem em vista a intervenção da esquerda socialista no futuro.

Parece minimamente provado que a esquerda socialista exprime socialmente sectores importantes que podem abranger em termos eleitorais, cerca de 15% dos votos. A já referida campanha das CDE's em 1969, a campanha eleitoral de Otelo Saraiva de Carvalho e várias e recentes sondagens comprovam-no. Mas para que a sua força se exprima são necessárias pelo menos duas condições: a) Que seja possível traduzir o seu projecto em termos positivos e numa linguagem em que se reconheçam os sectores sociais que são a base social do projecto; b) ser capaz de ultrapassar a gruposculização e a tentação de capitalizar em termos imediatamente partidários a mobilização criada. Por outras palavras, um programa claro e uma estrutura descentrada e de base que embora utilize as diversas "infraestruturas gruposculares" dê garantias da sua não recuperação.

Mas para além do seu peso específico a esquerda socialista tem certamente uma importância fundamental no ultrapassar o dramático bloqueamento da esquerda tradicional (PS, PC) neste país. Ela não é nem pode ser divisionista, mas a sua dinâmica (de animação técnica e social e eventualmente parlamentar) é essencial nas futuras mutações, inevitáveis e fundamentais, do PS e do PC.

A concretização de algumas propostas para uma nova prática da esquerda socialista em Portugal tendo em vista, em particular, as próximas eleições legislativas, constitui a 2ª. parte deste texto.



1 A QUESTÃO SINDICAL

A recusa dos militantes da esquerda socialista, que actualmente constituem o RAS, em participar na Convenção Constituinte da UEDS, radicou em muito na concepção organizativa que esses militantes têm para a área da esquerda socialista, fundamentalmente divergente da proposta pelos "Convencionados".

Na verdade, enquanto o RAS privilegia a organização directa e imediata no terreno social, nos seus múltiplos aspectos - sindical, cooperativo/autogestionário, cultural - procurando, deste modo, criar as estruturas horizontais do que poderá vir a ser um futuro partido político, ou a integração das mesmas no Partido Socialista, consoante as razões de ordem conjuntural o venham a ditar, os "Convencionados" optam "leninisticamente", pela agrupação do que consideram ser os quadros políticos da esquerda socialista, logo pela constituição clássica do "partido", Deus ex-máquina, portador de todas as bem-aventuranças.

E não se venha a dizer que, com isto, estamos apenas, perante uma subtil e académica questão metodológica, pois os resultados práticos decorrentes da opção por uma destas vias, serão em si, claramente diferenciados.

Assim, na proposta do RAS procura-se, em primeiro lugar, cerzir o tecido social de que a esquerda socialista será, em última instância, a expressão política concentrada, procurando-se, ao mesmo tempo, evitar, a todo o custo, dois riscos:

- Uma opção político-organizativa prematura que venha mais tarde a revelar-se inadequada, com todas as consequências negativas que daí, historicamente, têm decorrido para a esquerda;

- O aparecimento de um aparelho político-partidário, centralista, burocratizado, tendencialmente grupuscular.

Ora, na proposta da UEDS não só se não previnem estes riscos, como, pelo contrário, os mesmos se tendem a acentuar.

De resto, a questão sindical constitui já, no presente momento, um exemplo bem elucidativo do erro de percurso dos "Convencionados".

Com efeito, e contrariando o propugnado pelo RAS, só agora começaram a soltar-se os primeiros vagidos do que se entendeu chamar a "corrente sindical autogestionária", com todos os prejuízos que daí advieram:

- A perda, esperamos que não irreparável, dos quadros sindicais "orgânicamente do Partido Socialista", entalados entre a falsa opção da sua "realista" integração na UGT e a tentativa mítica e desesperada da constituição da sua própria central sindical;

- A incapacidade de enquadrar a Base-FUT, representante oficial única da CMT, no nosso país;

- A presente imaturidade organizativa-ideológica, da referida corrente sindical socialista e auto-gestionária;

- A não aquisição do direito de cidadania da referida corrente sindical no interior, com as desvantagens inerentes para a expressão sindical da esquerda socialista, por um lado, e para toda a esquerda, por outro, dado poder afirmar-se, sem receio de contendação, que a UGT será, em grande medida, aquilo que a CGTP quiser.

Com efeito, da efectiva democratização da CGTP, consubstanciada na admissão do direito de tendência, do direito de alternância e do direito de representação proporcional, dependerá, em muito o futuro da UGT.

Em síntese, a esquerda socialista terá de afirmar, sem perda de tempo, a todos os níveis do movimento sindical, a corrente sindical autogestionária, dar-lhe corpo estruturado, coesão programática e capacidade interventiva na perspectiva do reforço da capacidade de luta dos trabalhadores portugueses e da CGTP, contribuindo, deste modo, decididamente, para a clarificação ideológica da sua Central Sindical e para a transferência de processos no seio da mesma.

E isto, por quanto, face à formação social portuguesa, à actual fase da luta de classes e à correlação de forças a nível político, a acção sindical terá, no nosso país, que ser perspectivada, e não apenas por puras razões meta-estratégicas, fora dos moldes clássicos de actuação sindical.

É que, a acção sindical meramente economicista, por um lado, e a destruição do Partido Socialista, no plano político, por outro, possibilitando, simultâneamente, a "concentração capitalista" e uma significativa "maioria de direita", arriscam-se a criarem as condições objectivas e subjectivas necessárias à confortável e duradoura dominação da burguesia no nosso país.

Assim sendo, uma linha de actuação sindical correctamente dirigida, terá de privilegiar as reivindicações qualitativas, de tentar assegurar os meios que permitam vencer a complexa teia de contradições gerada entre o movimento estritamente sindical e o movimento cooperativo-autogestionário, e ainda de superar as contradições das diferenciadas "necessidades" dos operários, por um lado, e da pequena e média burguesia, por outro.

Por fim, mas não menos importante, o movimento sindical, na sua actuação programática, deverá ter em conta os interesses de todas as classes sociais que integram o bloco social progressista, e contribuir para a permanência e reforço da autonomia da esfera do "social", face à esfera do "político", evitando, deste modo, a expressão "totalitária" daquela por esta, e ajudando a manter entre ambas a necessária tensão dialéctica.

2 O ASSOCIATIVISMO SÓCIO-ECONÓMICO: A QUESTÃO DAS COOPERATIVAS E DAS EMPRESAS AUTOGERIDAS.

Os militantes da esquerda socialista têm, neste campo, as maiores responsabilidades, pois, ao conceberem a transição para o socialismo menos como a apropriação jurídica/estatal dos bens de produção e mais como a efectiva transformação das relações sociais de produção não poderão deixar de se empenhar, com todas as suas forças, na defesa e desenvolvimento do "sector social da produção", de resto, considerado pela Constituição Política vigente como o sector da produção tendencialmente dominante.

Isto, a par com o efectivo esforço de democratização do sector público, ou seja da real transformação das relações de poder no seio das empresas nacionalizadas.

E, paralelamente, não poderão os referidos militantes deixar

de reflectir sobre a organização deste sector produtivo, a pretexto de que tal constitui questão metodológica de importância secundária.

Na verdade, todos sabemos como a concessão estatal do socialismo, pôde, historicamente, manter, formalmente, o sector social da produção, esvaziando-o, por inteiro, de todo o seu conteúdo, e retirando-lhe, mesmo programaticamente, qualquer veleidade de vir a transformar-se no sector produtivo dominante, mantendo assim intactas, em boa parte, as relações de produção capitalistas.

Daí que, e decorrente do próprio articulado constitucional, avancemos desde já, uma proposta concreta para a organização do sector em questão: as cooperativas e empresas autogeridas, deverão agrupar-se em Uniões, Federações, Confederações, sendo as cooperativas em sentido estrito, organizações de primeiro grau, as uniões cooperativas, organizações de segundo grau com funções essencialmente económicas em que o carácter económico tem primazia sobre o carácter associativista; por seu lado, as federações deverão agrupar as uniões podendo, eventualmente, e de forma directa, agrupar cooperativas de primeiro grau com alcance, ora regional, ora nacional, exercendo, fundamentalmente, a representação e defesa dos interesses e direitos da fracção do movimento cooperativo-autogestionário a que se refiram. As Confederações constituirão os órgãos de cúpula do sector social de produção correspondendo cada uma delas a um ramo deste sector produtivo (consumo, agrícola, pesca, habitação, crédito, produção industrial, produção cultural, etc.).

Por fim, e para fechar a abóbada, teremos como quinto e último escalão a confederação nacional, cujos fins essenciais deverão ser os de expor e defender a prática global do sector em causa.

Para ultimar este ponto, resta acrescentar a necessidade de se manter, entre o "sector social", o "sector público" e o "sector privado", a tensão dialéctica indispensável, cuja lenta, mas segura superação deverá ir consolidando o primeiro desses sectores, com vista a torná-lo dominante.

E não se diga que tal proposta enferma, face à realidade pro-

dutiva nacional, de uma incurável e perigosa ingenuidade, dado que, convém lembrá-lo, o peso das PME na malha produtiva portuguesa é considerável, e, em matéria de emprego, decisiva, e, ainda, que o modelo de desenvolvimento a seguir no nosso país, depende, em absoluto, da resolução que tivermos para o problema atrás equacionado. Sendo certo que, uma vez excluída a nossa proposta, restam, apenas duas alternativas, ambas ligadas ao modelo puramente produtivista - ou a "concentração capitalista" ou a "estatização da economia.

3 QUADRO JURÍDICO-POLÍTICO EM QUE SE DEVERÁ PROCESSAR A TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO.

É aqui evidente a necessidade de uma teoria marxista de Estado, que Marx mal chegou a esboçar, quer por não possuir, para além da Comuna de Paris, de quaisquer outros elementos integrados da necessária experiência histórica, quer por achar prioritário o desmantelamento da estrutura económica do capitalismo.

Após uma longa fase de pura contraposição entre o modelo representativo e a ditadura do proletariado, tal como na prática foi implementada nos países de leste Europeu, o movimento socialista, perturbado pelas experiências húngara, checoslovaca, francesa (Maio de 68), chilena, para só citar as mais significativas, parece, agora, ganhar novo folêgo teórico, e ser capaz de aceitar que a questão da natureza jurídico-política do Estado de transição para o socialismo continua a constituir um problema em aberto no movimento revolucionário internacional.

Problema que terá de ser resolvido tendo em conta a superação dos modelos organizativos clássicos da representação da vontade popular: modelo parlamentar, herança das democracias burguesas, modelo centralista-burocrático dos países do leste europeu e a democracia directa ou de base.

Com efeito, a implementação histórica da ditadura do proletariado nos países do leste europeu, traduzida em "ditaduras de um partido", invocando para tal supostas representações da classe operária, têm conduzido a novas formas de exploração e de alienação das classes trabalhadoras, expressas na persistência da divi-



são social e técnica do trabalho, no reforço e burocratização do aparelho de estado, bem como do seu papel centralizador.

Por seu lado, a democracia representativa, não conseguiu, em nenhum país, até à presente data, transformar a natureza da sociedade, tendo-se mostrado, bem ao contrário, cada vez mais, como o quadro jurídica-político ideal para, conjunturalmente, melhor resistir à evolução social e ao progresso histórico, tornando-se cada vez menos democrática e cada vez menos representativa.

Na verdade, o que resta da democracia representativa são as regras formais consubstanciadas no direito e igualdade de voto e na alternância no poder, conforme a maioria votada.

Em suma, a democracia formal constitui a negação da democracia porque corresponde à forma burguesa de esconder a inexistência da democracia real.

Resta-nos, por último, analisar o modelo conselhistas e apresentar uma proposta alternativa aos três modelos já citados.

Aos impasses da democracia representativa e à degenerescência burocrática da ditadura do proletariado responde a democracia directa com a supressão de todas as formas de delegação de poderes, aceitando apenas o mandato imperativo, a todo o tempo revogável, e tentando simultaneamente, quebrar o isolamento das massas trabalhadoras na democracia representativa, em que a intervenção destas pouco excede o voto quadrienal.

Ao mesmo tempo a democracia directa, ao integrar o nível da produção na esfera do político, põe em causa a "ideologizada" separação entre política e economia, desnudando a interdependência entre ambas e possibilitando, assim, a tomada de consciência da predominância dos aspectos políticos e do papel das classes sociais no devir histórico.

Há, no entanto, que apontar os riscos do modelo conselhistas bem patentes no corporativismo das comissões de produtores (de resto, historicamente já comprovado), nos seus limites como forma organizativa visando o poder político, e na sua difícil e lenta generalização a toda a sociedade, para já não falar da necessidade de instituições que sintetizem a vontade político-social dos pro -

dutores organizados, com vista à sua verdadeira emancipação política, o mesmo é dizer, com vista à marcha para o socialismo, entendido este como a tal libertação do homem de todas as formas de opressão, exploração e alienação.

Donde, face à praxis actual das formações sociais mais avançadas, o quadro jurídico-político deverá institucionalizar, simultaneamente, órgãos de expressão estritamente política (partidos e câmaras políticas) e órgãos de expressão da vontade específica dos produtores, quer ao nível de trabalho (comissões de trabalhadores) quer ao nível da habitação (e aqui, interclassisticamente, comissões de moradores) estruturando e fazendo coexistir, dialécticamente, estes órgãos, de forma coerente, equilibrada e tensional.

Para terminar, resta acrescentar a necessidade de articular estas duas expressões organizadas da vontade popular com o papel das vanguardas, concebidas, essencialmente, como animadoras político-ideológico-culturais e nunca como sede única do poder político.

Fundação Cuidar o Futuro

4 A PROPOSTA ELEITORAL PARA A ESQUERDA SOCIALISTA E O SEU FUTURO ORGANIZATIVO.

Falta-nos tratar o problema da representação jurídico-político-institucional da esquerda socialista, que o mesmo é dizer, prioritariamente, da sua representação parlamentar.

Ninguém dentro desta zona de esquerda ousará negar a importância decisiva da referida representação, quer pelo poder contratual que a mesma oferece em relação aos partidos clássicos da esquerda, PS-PC, quer pela evidente necessidade prática de não deixar enfraquecer a posição institucional da esquerda no seu conjunto, pois nem o PC conseguirá recuperar, significativamente, as deserções eleitorais do PS à sua esquerda, nem este poderá ter a veleidade, de, com um discurso "gauchiste" de última hora, evitar as referidas deserções, tanto mais que a sua ausência no terreno social durante o tempo em que foi governo, sempre deixaria a descoberto um tal discurso.

Mas também, e como resulta do exposto no preâmbulo do ponto I, II, deste texto, não pode a UEDS arrogar-se, à expressão polí-



tica única do campo sociológico que corresponde à esquerda socialista.

O percurso invertido da referida organização política, conduziu, inevitavelmente, a este resultado, e sem querer escamotear o obstáculo legal da necessidade de um partido afim de se poder concorrer às eleições parlamentares, temos para nós, RAS, que a campanha eleitoral que a UEDS terá, logisticamente, de suportar, não poderá, jamais, confundir-se com uma campanha da UEDS, mas, bem pelo contrário, terá de identificar-se com a candidatura de toda a esquerda socialista, aglutinadora de todos os segmentos da mesma, com particular relevância para os campos cultural e social, e geradora de uma "soma" qualitativamente superior à simples "soma numérica" de todos os núcleos organizados, legal ou ilegalmente, da referida esquerda socialista.

Pelo que a referida candidatura terá, forçosamente, de ganhar autonomia e rosto próprio. E, com isto, não estamos a propor a constituição de uma frente de partidos, ou qualquer outro tipo de frente, pois entendemos o programa da candidatura em questão, não como uma referência mínima dos programas de organizações políticas de esquerda dissemelhantes, mas sim como o programa específico da esquerda socialista, concebido com o máximo rigor e coerência.

Criadas as estruturas horizontais, conseguida a representação institucional (parlamentar), a posterior conjuntura irá ditar, em grande medida, qual o destino orgânico da esquerda socialista - ou a constituição em partido político próprio ou a sua integração no Partido Socialista (ou ambas as coisas).

Mas, seja qual fôr o futuro político-organizativo da esquerda socialista, não queremos deixar de lembrar, que aos socialistas de esquerda, estará sempre cometida a tarefa decisiva de contribuir para a unidade e reforço da esquerda no seu conjunto, ao deverem empenhar-se na superação da presente dialéctica invertida, PS-PC, que, comprometeu já a construção do socialismo, e poderá vir a comprometer, a curto prazo, a própria manutenção do actual quadro jurídico-político-constitucional.

Por fim, mas não menos importante, convirá não esquecer que à esquerda socialista não bastará tudo fazer, para se obter, de novo, uma "maioria de esquerda", se esta continuar a ser apenas "numérica".

E tal maioria será sempre exclusivamente "numérica", enquanto o PS, ainda que maioritário no seio da esquerda, não puder reconhecer-se, nem que seja conflitualmente, na sua esquerda não comunista, fortemente implantada no terreno social e disputando esse mesmo terreno, com total autonomia, ao Partido Comunista.

É que, a não ser assim, o Partido Socialista, prosseguirá, inevitavelmente, prisioneiro da sua "sensibilidade" socialdemocrata de direita.

5 POLÍTICA EXTERNA

As relações diplomáticas de um país são o reflexo das suas opções a nível interno, e assim das correlações de forças sociais e políticas que se geram no seu tecido histórico.

São conhecidas as vacilações e os impasses que, após o 25 de Abril, tem sofrido a política externa do nosso país, em consequência das mutações da natureza do poder de Estado. Ao presente momento, a ausência de definição nesta área mantem-se, com prejuízos para a nossa vida económica, sendo nosso pensamento que também nos compete emitir sobre tal matéria uma posição.

Aqui também a esquerda socialista deverá atingir o limiar da credibilidade, sendo para tal necessário que se ultrapasse o plano das meras declarações de intenções estratégicas, para nos cingirmos, nas posições a tomar, às circunstâncias políticas e sociais que vivemos no Portugal do presente.

As linhas fundamentais da posição que propomos procurará assim responder às seguintes questões:

- Qual a política externa de um país que possui um deficit estrutural consequente de uma desequilibrada balança alimentar?

- Qual a política externa de um país ao qual o FMI impõe uma carta de intenções que desvaloriza progressivamente a moeda?

- Qual a política externa de um país que programa a adesão à CEE?

A resposta a estas questões, pode, em nossa opinião, ser encontrada na fórmula:

A política externa portuguesa deverá assentar na defesa da independência nacional, na defesa dos direitos do homem e do regime democrático.

Na verdade, a "souplesse" e ambiguidade deste enunciado permitirá, dentro das relações de dependência a que somos obrigados e que voluntaristicamente não podemos ultrapassar a não ser a médio prazo, negociar a política externa em ordem a:

- Diferir e atrasar o enfeudamento de Portugal ao capital internacional, tirando partido das contradições entre o FMI e os direitos do homem, entre a CEE e a independência nacional;

- Criticar o enquadramento de Portugal pela NATO, na base das contradições entre este organismo e a política económica necessária à vitalização do país;

- Promover as ligações de Portugal ao Terceiro Mundo e aos países africanos de língua portuguesa, na qualidade de país periférico do capitalismo em riscos de colonização pelo mesmo;

- Obstar às iniciativas de direita para alteração do quadro de democracia formal;

- Conservar liberdade crítica relativamente aos vários atentados à expressão das populações, desde a URSS e China, até aos EUA e no nosso próprio interior;

- Defender uma política interna atinente a ser atingida uma relativa autarcia alimentar, produtiva e energética.

2 a situação actual - portugal 1979 viabilizar um regime democrático avançado



1.1. CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO GERAL DO EQUILÍBRIO DAS FORÇAS EM PRESENÇA.

1.1.1. A evolução do processo

A SITUAÇÃO ANTES DO 25 DE ABRIL

O marcelismo é marcado, desde o início, pela necessidade de modernização do aparelho de Estado face às exigências do capital financeiro, em processo de reanálise da sua inserção na divisão internacional do trabalho.

As contradições originadas pelo peso e interesses dos sectores económicos que haviam moldado e rigidificado o regime, originaram um processo e colocaram problemas para os quais o marcelismo acabará por não encontrar soluções.

Ao peso crescente que o capital financeiro vem assumindo na sociedade portuguesa, não corresponde a modernização dos aparelhos administrativo e ideológico capaz, por um lado, de promover a gestão eficaz dos negócios correntes e de apoio aos grandes projectos que se anunciam e, por outro lado, de criar uma base social de apoio ao processo marcelista.

O sistema vê-se, a breve prazo, incapaz de hegemonizar o projecto de transição do colonialismo para o neo-colonialismo, e a ausência de uma saída para a permanência da guerra colonial ser-lhe-á mesmo fatal.

A timidez e rápido bloqueamento do processo de "abertura política" e reforma super-estrutural do regime promove o seu isolamento e permite a criação de condições que possibilitarão o golpe militar.

No entanto, ainda no início da década de 70, o crescimento económico mantinha um nível significativo e a distribuição do produto vinha beneficiando camadas cada vez mais amplas da população, enquanto se assiste a mudanças importantes nos hábitos de vida e nas mentalidades, como consequência do aumento da população urbanizada, ao nascimento do sector dos serviços, à emigração, ao melhoramento das condições de vida.

É a crise económica iniciada em -73 que introduzirá novas tensões no sistema e provocará o movimento grevista iniciado no



último trimestre daquele ano e que se mantém vivo às vésperas do 25 de Abril.

A manutenção de formas arcaicas não participativas do Estado burguês, a ausência de um projecto político possibilitando uma saída para a guerra colonial, as acções armadas de grupos políticos de esquerda, a própria tentativa de golpe da extrema direita, as sucessivas vitórias políticas mas também militares dos povos das colónias, a crise estudantil e a degradação das condições de vida das massas trabalhadoras explicam o desencadear do golpe militar e a sua fulminante transformação num profundo movimento de massas, anti-fascista e revolucionário.

A SITUAÇÃO APÓS O 25 DE ABRIL

O movimento popular espontâneo e as amplas movimentações de massas a ele associadas, que se seguem ao golpe militar, liquidam de imediato o regime.

O novo poder inicia um processo complexo de institucionalização: os militares revolucionários delegam a uma Junta o seu presidente nomeará um primeiro-ministro.

O processo caracteriza-se, no imediato, pela ausência de um centro unificado e unificador, o que permite a ultrapassagem dos limites e programa do golpe ao impôr-se, contra os órgãos de poder institucionalizados, o fim do aparelho político-repressivo e a libertação dos resistentes anti-fascistas, bem como a confraternização nos teatros de guerra.

Os dissidentes do marcelismo reagem esboçando as primeiras tentativas de organização, enquanto as forças anti-fascistas organizadas marcam pontos na ocupação do aparelho de Estado, que não no seu revolucionamento.

A radicalização da luta de classes e as movimentações de massas asseguram uma correlação de forças favorável à esquerda, iniciando-se, como se referirá, uma dinâmica de confrontação com os limites do programa do golpe (descolonizar, democratizar, desenvolver).

No entanto, é já característica desta fase do processo, que se manterá no futuro, a ausência de verdadeiras transformações re-



volucionárias ao nível do aparelho de Estado, bem como da transformação dos valores culturais e ideológicos, que não são postos em causa. Significativamente, não se procede ao julgamento político do fascismo e dos crimes de guerra.

Nenhum processo de institucionalização de órgãos da vontade popular expressa nas lutas sociais se inicia e, como consequência, nunca se afirmará a hegemonia política do processo por parte dos trabalhadores e seus órgãos.

O aparelho de Estado não é destruído nem renovado do ponto de vista das anteriores exigências presentes no marcelismo, sendo ao contrário arduamente disputado pelos diferentes interesses sociais que se afrontam.

A heterogeneidade das forças sociais representadas no núcleo deflagrador do golpe, que transitam para os centros de poder em formação, a resistência desde logo manifestada às transformações revolucionárias e a recusa em apoiar superestruturalmente a vontade das massas bloqueiam o processo ao nível de realização dos objectivos aceitáveis pela burguesia, enquanto adequação superestrutural - a democracia parlamentar - de uma revolução realizada no económico - a revolução burguesa -.

O grau de conflitualidade com que o processo se iniciou e decorre, bem como o falhanço das primeiras tentativas do seu controlo por parte da facção direitista representada no aparelho de Estado (golpe Palma Carlos - Sá Carneiro, de 28 de Setembro) e a galvanização crescente das massas, colocam rapidamente a actualidade e necessidade, historicamente determinadas, da transição para o socialismo. Não é a isto estranho a crescente desarticulação, já então evidenciada, dos pressupostos e mecanismos de acumulação capitalista de que o fascismo português foi expressão.

Com o 11 de Março, são realizadas as nacionalizações e institucionalizadas as ocupações de terras. Doravante, a luta ideológica recrudescerá, enquanto o movimento popular ainda mantém a sua autonomia.

PERÍODO DO PREC

Na sequência, assiste-se ao ascenso da esquerda militar e

civil e do movimento popular, cujos reflexos ao nível da composição dos órgãos do Poder criam a ilusão de rupturas políticas irreversíveis.

O socialismo será, no entanto, identificado com o controle e domínio de partes substanciais do aparelho de Estado herdado do período fascista, que não no apelo à participação das massas na construção de um outro modelo de gestão da coisa pública, de um outro Estado e seus aparelhos.

O voluntarismo do movimento popular, até aí responsável por grande parte dos avanços verificados é canalizado e recalçado numa vaga batalha da produção.

Verificam-se rupturas entre as forças que necessariamente deveriam constituir o bloco social de apoio ao processo de transição. Este não é explicitado, nem se tornará num instrumento teórico transformador, pelo contrário, propõe-se às massas a catalogação simplista e redutora entre "reação" e "revolução".

Graves erros, decorrentes de um (inevitável?) sectarismo, segregado pela virulência do processo, são cometidos e, mais grave ainda, assiste-se à partidarização de parte substancial da vanguarda social, à ausência de organicidade entre o "motor da revolução" e a diversificada estrutura de uma sociedade periférica e em grande parte rural, que propiciarão um campo de fácil manobra aos reformismos. Em breve estes ganharão a batalha ideológica, significativamente vulgarizada como uma opção entre a "liberdade" e o "totalitarismo". E, no entanto, tudo releva da crescente distanciação e regionalização da vanguarda.

Enquanto as resistências ao processo se radicalizam, cair-se-á facilmente na tentação de impôr "por cima" o sentido das transformações sociais e políticas que a desarticulação da formação económica objectivamente reclama. É esta a origem de uma prática sectária, parte resultante do modelo vanguardista (em que o processo português não inova relativamente a outras experiências históricas), parte naturalmente resultante da resistência crescente que a formação social opõe.

A ausência de capacidade de inflexão táctica no processo será aproveitada pelos sectores reformistas, que hegemonomizam a

crescente contestação política e social.

Com eleições no horizonte, o debate proposto pelos "independentes de esquerda" sobre a necessidade da constituição de um bloco social amplo, de apoio às transformações na sociedade, não se realiza. Consumam-se cisões irremediáveis no campo da esquerda.

Manobrando sobre as ilusões parlamentares e demo-burguesas da maioria da população, o reformismo capitaliza eleitoralmente o descontentamento popular, também expressão do seu desarmamento ideológico.

As eleições expressam uma clara opção não vanguardista e possibilitam a hegemonização do processo pela direita.

Afloramento das contradições já referidas, esboço de confrontações militar entre a esquerda dividida e apoiada por forças que ultrapassam as diversas facções, reflexo igualmente de uma tentação golpista, o 25 de Novembro nada decide em absoluto.

Derrotadas, mas não esmagadas, as forças sociais que se reconheciam na esquerda militar e o movimento popular que havia preservado a sua autonomia, ver-se-ão reduzidas à luta estrita no campo eleitoral.

É um espaço rico, de expressão directa da vontade popular, que se encerra. Os aparelhos políticos ocupam a cena, para a demonstração das virtualidades e limites da democracia representativa institucionalizada.

1.1.2. A situação actual

A CONSOLIDAÇÃO DO AVANÇO DA DIREITA

A continuação da dinâmica criada pelas forças sociais vencedoras do 25 de Novembro teve a sua natural sequência no resultado das eleições e no início do governo do Partido Socialista.

O governo "PS sózinho", para além de decorrer dos resultados eleitorais e do próprio texto constitucional, traduz fundamentalmente o conteúdo precário e efémero do bloco vencedor do golpe do 25 de Novembro, nomeadamente o não total alinhamento do PS com as forças sociais e com os partidos de direita e, sobretudo, a vontade dos socialistas em impedirem o completo aprofundamento da dinâmica direitista de que, inegavelmente, se revestiu o golpe.

Objectivamente, não se verificou, nesta altura, a constituição de qualquer bloco social amplo de direita, que se revisse no "projecto" do 25 de Novembro, projecto aliás (e não por acaso) inexistente.

Tal explica a atitude da PCP, remetido a uma posição defensiva, e a recusa, por parte desse partido, em analisar os factos e deles tirar as respectivas ilações políticas. Por outro lado, a prática governativa do PS, direitista e de recuperação capitalista, visou manter a colagem aos seus aliados da direita, procurando hegemonizar duravelmente e capitalizar a dinâmica do 25 de Novembro.

Considerando que as virtualidades da democracia representativa (a "liberdade"...) podem e devem constituir componentes e não são impeditivos dum processo de transição para o Socialismo, pode agora dizer-se que o 25 de Novembro não separou efectivamente as forças populares das forças conservadoras, mas passou antes no próprio interior da esquerda.

Em resumo, não só não chegou a haver constituição dum bloco social de apoio à política de direita, mas também não foram resolvidas duas questões vitais para a sua formação - a de haver uma força hegemónica direitista e a do "projecto nacional" unificador das forças conservadoras e restauracionistas,

A CRISE DA ESQUERDA

A política direitista dos governos "PS sózinho" e PS-CDS, isolam completamente o Partido Socialista e suscitam fortes reacções que desnudam uma crise profunda da esquerda portuguesa.

Com efeito, o PCP, encurralado numa (cómoda) atitude defensiva, transformado em partido de oposição, sem outro que não o seu velho (e então mal aplicado) programa, mostra-se particularmente incapaz de dar expressão ao descontentamento crescente - que vai, no entanto, mas só em parte, capitalizando -, e manifestamente não é capaz de hegemonizar o vasto campo popular.

Entretanto, a extrema-esquerda, incapaz de assegurar continuidade ao projecto de unidade popular apresentado na campanha

para a eleição do PR, projecto fortemente marcado pelo espontaneísmo e pela personalidade de Otelo, submergiu rapidamente num processo de desagregação em grande parte consequência da sua incapacidade teórica e do sectarismo, grupuscularização e dirigismo das organizações suas componentes.

O PS, por seu lado, acabará por ser afastado da área do poder, perdendo uma plataforma essencial na sua estratégia e começando a pagar o preço duma política direitista e de restauração capitalista. O que traduz, também, a fragilidade duma estratégia com estas bases e a vulnerabilidade duma clientela conquistada a partir do domínio do aparelho de Estado.

A esquerda, no seu conjunto, revelou-se, assim, incapaz de constituir o bloco histórico portador dum projecto nacional alternativo, susceptível de cimentar as alianças de classe indispensáveis ao avanço no processo de defesa da via para o socialismo. No entanto, são inegáveis a clarificação, a organização e acumulação crescentes de forças no campo popular.

Fundação Cuidar o Futuro

1.2. PERSPECTIVAS A MÉDIO PRAZO...

Vejamos, agora, as perspectivas de evolução, a médio prazo, da situação política nacional.

Consideraremos, seguidamente, as três seguintes alternativas:

- A. a consolidação do regime de democracia formal,
- B. a instauração dum regime de excepção,
- C. a consolidação/instauração dum regime democrático avançado.

1.2.1. As alternativas...

A. A CONSOLIDAÇÃO DO REGIME DE DEMOCRACIA FORMAL

No caso desta alternativa, que pressupõe uma progressiva estabilização à direita da actual relação de forças na sociedade portuguesa, poder-se-ia caracterizar a situação do seguinte modo:

- o modelo económico capitalista seria viabilizado no quadro constitucional, considerando obviamente a prevista (mas limitada) revisão de 1980;

- a burguesia conseguiria, simultaneamente, reunificar-se em torno duma sua fracção hegemónica (qual?!), que passaria a exercer a liderança política das forças da direita e do centro (1);
- consequentemente, seriam marginalizadas duravelmente, tanto as diversas forças políticas de esquerda, nomeadamente o PCP, que ficariam confinadas ao papel de oposição, como as diversas correntes radicais e fascizantes de direita.

É evidente que, a partir das condições actuais, o cenário indicado parece muito dificilmente realizável: o quadro constitucional, revisto dentro dos limites previstos na Constituição de 1976, torna inviável o desenvolvimento, a curto e médio prazos, do modelo capitalista liberal - que constitui a base real desta alternativa - modelo que incarna hoje o projecto de recomposição do capitalismo português e pretende dar continuidade às formas vigentes no marxismo; nestas condições, é utópica qualquer expectativa de estabilização e parece seriamente comprometida também a possibilidade, atrás indicada, de homogeneização da burguesia por uma das suas fracções. Ao contrário, a classe burguesa terá antes tendência para aprofundar a crise que actualmente a atravessa e que se vem manifestando pela dificuldade ressentida em elaborar uma política de aliança eficaz, pela existência de divisões e cisões no seio dos seus diferentes partidos e pelas tentativas (frustradas) de criação de novos movimentos políticos. Enfim, a marginalização da esquerda não parece ser, nem social nem politicamente, uma evolução realista da situação, dentro do actual quadro das forças políticas do País.

Passemos, pois, a análise da alternativa B. - a instauração dum regime de excepção, militar ou de "democracia musculada".

A realização dessa alternativa, na sua versão militar, implicaria, em qualquer caso, a reunião das seguintes condições mínimas:

1ª. - existirem, nas Forças Armadas, condições suficientes para a tomada do poder (por via institucional ou outra) em regime de excepção. Condições suficientes seriam a eliminação significativa da esquerda militar e a tomada em mãos, pelos oficiais de direita

a nível de Unidades, das diferentes Armas;

2ª. - haver, por parte do grupo capaz de tal iniciativa, um projecto político mínimo global e apoio civil (partidário) à iniciativa (2);

3ª. - ser dada, a nível internacional, "luz verde" para a operação - o que implica a existência de um pretexto, minimamente crível, para "justificar" a nova situação (3).

Na sua versão civil, a instauração dum regime de excepção teria de ser feita por via institucional, implicaria uma profunda (e anti-constitucional) revisão da Constituição de 1976, e a existência de apoios fortes nas Forças Armadas e a nível de organizações políticas.

Relativamente à alternativa anterior, a da consolidação do regime de democracia formal, a alternativa do regime de excepção introduz, na lógica da evolução dos acontecimentos, um factor qualitativamente novo, a saber, uma ruptura reaccionária no processo democrático-burguês em curso. O voluntarismo característico desta alternativa dificulta, obviamente, a capacidade de previsão dos acontecimentos. No entanto, objectivamente, não parece estar (ainda) em curso o processo capaz de criar as condições mínimas apontadas para que seja viável um golpe de direita, militar ou civil. Mais: depende da esquerda, no seu conjunto, da sua inteligência e coragem políticas, da combatividade das massas trabalhadoras, o impedir efectivamente o desencadear de tal processo.

Consideremos, agora, a alternativa C., da consolidação/instauração dum regime democrático avançado - alternativa que é como que o reverso da primeira apresentada.

A concretização desta alternativa implicaria a realização das seguintes condições mínimas:

1ª. - a mobilização e unificação do campo popular em torno dum projecto político-económico claro, transformador e exequível;

2ª. - consequentemente a marginalização durável das forças políticas de direita, nomeadamente das suas correntes radicais e fas-

cizantes, bem como, muito provavelmente, das forças da extrema-esquerda.

A mobilização e unificação do campo popular põe diversas importantes questões, que deverão obrigatoriamente ser resolvidas:

- em primeiro lugar, a definição, no presente momento, dos limites do campo popular ou, dito de outra forma, a definição das componentes do bloco social susceptível de incarnar o projecto unificador;

- depois, a definição das forças políticas e sociais organizadas, susceptíveis de integrar e coordenar as diferentes componentes do bloco;

- definição de metodologias adequadas de relação entre as forças políticas e entre essas e as forças sociais e outras componentes do campo popular, metodologias capazes de renovar a prática política da esquerda e permitindo a expressão democrática das diversas correntes no seio do campo popular;

- a ruptura, por parte das principais formações políticas da esquerda, com projectos e contradições assumidas por via da inspiração internacional dos seus modelos, sem profundas raízes históricas em Portugal (consequência das formas que entre nós tomou o próprio desenvolvimento do capitalismo, logo do pensamento socialista, e da não explicitação das reais contradições no seio do campo popular, pelo menos sob a forma de um fenómeno cultural e ideológico de massas durante o último meio século);

- a capacidade, enfim, de formular efectivas plataformas políticas unitárias no campo da esquerda, como o anti-fascismo chegou a ser expressão, não como uma unidade amalgamante, possibilitando a hegemonia aparelhística do processo, mas sim como o assumir de um claro processo de unidade na diversidade.

Só esta mobilização e unificação do bloco popular poderá criar a dinâmica social capaz de produzir um projecto político-económico claro, transformador e executável, um projecto nacional, realmente alternativo ao modelo capitalista.

2.1. A CRIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SUBJECTIVAS...

A constituição do bloco social, criador e portador do projecto nacional de transformação e regeneração, põe - logo à partida - o problema da criação das condições subjectivas que o tornam possível. Além destas, outras condições são necessárias, umas de ordem teórica, outras do domínio da prática política.

Quanto às condições subjectivas, há que considerar o importante papel que, nas formações sociais, ainda mais nas modernas, desempenha a instância ideológica, enquanto cimento da própria formação, e o facto de que esta instância está sempre em atraso relativamente à base económica, sobretudo no decorrer de um processo acelerado de transformações estruturais. Tal facto constitui um campo susceptível de ser facilmente explorado pelas forças conservadoras - como o foi -, o que requer uma resposta do campo popular (o que implica, aliás, a sua autotransformação) nesse domínio, resposta que, no nosso processo, tem faltado inteiramente (atente-se, por exemplo, no discurso PS, que reproduz quase textualmente o discurso conservador e de direita, vinculando os grandes valores da ideologia tradicional, ou no do PC, fechado sobre si, estéril e sobretudo esterilizador, discurso que, sendo diferente, não é, no entanto, portador nem de imaginação, nem de capacidade real de transformação).

As condições teóricas são fundamentalmente, as que permitirão apurar o exercício mais pleno da democracia - a linha de massas, o pluralismo das correntes no seio do movimento popular - com o aparecimento de correntes hegemónicas e de linhas de evolução sobre as quais se estabeleça consenso.

As condições políticas são as derivadas do exercício contínuo e necessário, orgânico, da desconcentração, da descentralização e da não-manipulação, a nível da informação e das tomadas de decisão políticas.

Será através da criação destas condições que, a nível das organizações populares de base, dos sindicatos e dos partidos e associações políticos, se construirá o bloco social de apoio a um regime democrático avançado em Portugal.

NOTAS:

(1) A fracção hegemónica desta alternativa seria a que melhor defendesse os interesses globais da burguesia no processo de integração na divisão internacional do trabalho - opção estratégica unificadora.

Tal implicaria grandes alterações nas presentes relações entre forças políticas em grande parte resultantes e expressão de interesses parcelares na partilha do aparelho de Estado, que não expressão directa de interesses objectivos (inserção no aparelho produtivo) contraditórios.

(O que é "burguesia" na actual formação social portuguesa?)

(2) No projecto político motivador de tal acção seria de prever uma forte componente de demagogia anti-partidos, de rigor de competência, de nacionalismo, etc., tal como foi prefigurado pelo governo Mota Pinto. (Reformadões, Acção Cívica, etc.)

O falhanço de tal experiência, se bem que seja de prever a reunião de condições mais propícias para a nova tentativa, que inclusive resultarão da manutenção no tempo da crise política e institucional larvar (estratégia Sá Carneiro?), demonstra que seria de contar também com a oposição e reacção aparelhísticas de algumas forças políticas (PS) e mesmo com as ilusões "democráticas" e "constitucionais" (de grandes massas) da população.

(Impõe-se a análise do rápido esvaziamento dos projectos "reformador", "presidencialista", etc. ...)

(3) Necessariamente via NATO? O militar é, no conjunto da organização social portuguesa, o campo onde mais profundamente se procedeu às ligações orgânicas com o centro imperialista? Que papel e evolução são de esperar nas Forças Armadas?

3 portugal - que vias de desenvolvimento? que instituições?



A crise actual dos modelos de desenvolvimento que, quer a leste, quer a oeste, assentam em estruturas sócio-políticas autoritárias e concentracionárias, vem demonstrar uma vez mais a inevitabilidade da alternativa; socialismo ou barbárie. No espaço europeu, as sociais-democracias estão cada vez mais confrontadas com este dilema. A democracia não pode continuar a exercitar-se ao nível meramente formal e parlamentar, secundando modelos de desenvolvimento que a tendem a anular. No caso dos partidos sociais-democratas que participam nos governos (Alemanha, Grã Bretanha), o seu acesso ao poder não tem representado uma alternativa política real. Nos casos em que, pelo contrário, se encontram afastados do poder (França, Itália, Espanha), a crise actual inviabiliza as ilusões do compromisso entre classes dirigentes e classes dirigidas. Finalmente, os partidos eurocomunistas não conseguem ultrapassar as dificuldades resultantes da estratégia, organização e ideologia que ainda sofrem os efeitos do modelo herdado da III Internacional. Torna-se cada vez mais imperioso aprofundar a democracia, descentralizar a nível económico, político, social e cultural. Articular a democracia representativa com a democracia directa e autogestionária, possibilitar a dialéctica entre os novos movimentos sociais e os partidos socialistas transformados constituem condições indispensáveis para a construção da democracia socialista.

Valerá a pena concretizar um pouco mais os enunciados anteriores. A extensão das crises e do domínio do Estado a todas as áreas do quotidiano (reprodução da forma de trabalho, transportes, saúde, educação, alojamento, cultura, ciência, tecnologia, etc.); a marginalização de certos grupos sociais (jovens, emigrantes, regiões, mulheres...) são acompanhadas da formação de movimentos de contestação da legitimidade dominante e de comportamentos colectivos de protesto popular.

É urgente lançar um debate que permita conhecer o sentido das crises actuais e inteligir as alternativas de transformação.

O movimento operário permanece uma força política de fundamental importância, mas é necessário conhecer as suas modificações. A institucionalização de certos conflitos, as clivagens en-



tre trabalho manual e trabalho intelectual, entre trabalhadores emigrantes e trabalhadores autóctones, entre qualificados e indiferenciados, etc., implicam que as organizações operárias se democratizem, assumam e enfrentem a diversidade social que lhe é interna, estabeleçam alianças, quer com os grupos sociais que são rejeitados para a periferia pelos aparelhos centrais da dominação (emigrantes, reformados, desempregados, etc.), quer com camadas populares de uma pequena burguesia moderna que não poucas vezes denunciam o poder da nova tecnocracia (empregados, quadros, especialistas, técnicos, funcionários, profissionais da comunicação, do conhecimento científico, etc.).

Os movimentos estudantis enunciam a existência de novos conflitos que têm como "enjeu" os modos sociais de produção e utilização do conhecimento científico, tecnológico e cultural.

Os movimentos das mulheres apresentam-se como processos em curso de libertação cultural, de modernização, de conquista de iniciativa e de direitos, defendendo o progresso contra a tradição, a participação igualitária contra o particularismo e a discriminação.

Os movimentos regionais e nacionalistas reflectem, ora contradições e desigualdades dos modelos de desenvolvimento, ora dependências externas das áreas periféricas. Procuram uma identidade cultural, associam-se por vezes a reivindicações de classe e a acções modernizadoras contra tradicionalismos arcaicos.

O movimento anti-nuclear e os movimentos ecológicos constituem igualmente um núcleo fundamental das lutas que se desenvolverão na história social do amanhã.

A luta pela qualidade de vida não é já apenas a expressão de uma utopia, mas sim o enunciar de valores novos e de forças sociais susceptíveis de reorientar o crescimento económico. Crise do crescimento? Crise do capitalismo? Crise da sociedade industrial e do produtivismo? Crise da civilização e das instituições? Questões que se inserem nas diferentes estratégias de transformação social dos grupos envolvidos nas práticas sociais (patronato, sindicatos, movimentos de consumidores, grupos contestatários, etc.).

Até mesmo os valores tradicionais do movimento operário são modificados, postos em causa pelo movimento ecológico. Enquanto um certo sindicalismo de massas continua a basear a sua estratégia reivindicativa em necessidades suscitadas pela sociedade industrial e de consumo, uma outra corrente ideológica mais radicalmente crítica rompe o círculo vicioso produção-consumo e equaciona a reivindicação em ruptura com o modelo imposto pelo desenvolvimento industrial capitalista. Contesta-se assim o projecto económico baseado na acumulação irracional de bens e lucros - e também de prejuízos e inutilidades sociais -, procura-se um contraprojecto que revele uma nova era do político.

São estes os desafios que também em Portugal, "país periférico do capitalismo" onde a crise do sistema se fará sentir com mais agudeza, se colocam à consciência dos que pretendem reunir esforços dispersos em ordem a aprofundar e dar corpo a uma corrente de opinião potencializadora de profundo movimento social veiculador de alternativas institucionais e de desenvolvimento, na sociedade portuguesa.

Não bastará por em causa a organização política, económica e cultural: importa conhecer os factores que transformam a sociedade, a cultura e o Estado, integrar e desenvolver os mercados interiores, romper com os monopólios e modos de dominação externos e internos, controlar os resultados do progresso técnico e económico, politizar a reivindicação, a contestação e a revolta, mobilizar as forças sociais democráticas, propor programas capazes de responder à contradições existentes e às modificações do contexto envolvente internacional.

Assumindo, em qualquer caso, a capacidade de os movimentos sociais orientarem a sua acção específica e não serem apenas correias de transmissão integradas dos "intelectuais colectivos".

Desenvolvendo a autoanálise dos militantes, confrontando-os com outros actores sociais, criando instrumentos de medição entre organizações políticas e as forças sociais.

As formas e dimensão que a denominada crise da energia vem assumindo, são prenunciadoras de profundas transformações dos modelos de desenvolvimento económico e social, dominantes da socie-



dade actual.

O Centro de Estudos Socialistas (CES) e Reflexão e Acção Socialista (RAS) não se pretendem meros ideólogos, nem observadores. Ao proporem o debate "Portugal: que vias de desenvolvimento? que instituições?", visam promover uma reflexão colectiva sobre os novos valores e formas do desenvolvimento económico, social e cultural, e a definição dos instrumentos e aparelhos (jurídicos, políticos, etc.) que melhor propiciem a transformação participada da sociedade portuguesa actual.

Fundação Cuidar o Futuro



textos de circunstância	PG.
4 o movimento operário e a acção sindical contribuição para uma estratégia alternativa ras abril 1977	31
5 o movimento dos moradores na área do porto (situação em maio de 1977) ras maio 1977	39
6 a crise económica, o movimento cooperativo e a constituição ras fevereiro 1978	47

Fundação Cuidar o Futuro

4 o movimento operário e a acção sindical contribuição para uma estratégia alternativa



1. Não há estratégia sindical autónoma de uma estratégia global de transformação social.
2. O objectivo último desta estratégia é uma sociedade em que haja a definição e apropriação, pelo colectivo social, dos objectivos, produto e meios de trabalho.
3. A dominância do colectivo social sobre a produção realiza-se segundo um processo de extinção do poder político.
O colectivo social apropria-se dos meios de produção e gere o processo de produção mediante o poder político em extinção.
4. Na sua expressão imediata, essa apropriação consiste no domínio dos meios de produção de uma dada unidade de produção pelo colectivo dessa unidade, que é uma forma de realização particular da apropriação geral de todos os meios de produção pelo colectivo social.
5. A articulação entre o particular e o global na organização de produção é consubstanciada pelo Plano, definido e controlado pelas formas sectoriais, regionais e locais do colectivo social.
6. Numa sociedade em que a inversão da contradição entre as classes não se efectuou, a organização dos trabalhadores é diferente e reflecte essa situação.



7. Os Sindicatos, no seu sentido clássico, são organizações de trabalhadores com a função essencial de defesa do direito ao trabalho e dos interesses do trabalhador enquanto pessoa explorada no seu trabalho.
8. Tendem, mais recentemente, a incluir tarefas mais gerais da defesa do processo reprodutor da força do trabalho.
9. São portanto organizações que tendem a movimentar-se dentro da lógica do sistema, e cujas reivindicações podem ser negociadas sem que para isso se tenha de fazer referência ao problema do poder.
Não são organizações que lutam para acabar com a exploração do homem pelo homem, mas sim para que essa exploração e a opressão sua associada não sejam tão acentuadas.
10. Os Sindicatos, na medida em que congregam massas importantes, estão sujeitos à penetração quer das organizações políticas das classes dominantes que os utilizam como aparelhos de enquadramento ideológico, quer dos partidos reformistas que os utilizam na limitada luta por reformas sem pôr a questão do poder.
11. Mas lutar por reformas não é errado. Não há possibilidade de passagem gradual das condições de realização da inversão da contradição entre as classes para a realização da inversão. Mas também não há qualquer possibilidade de realizar inversão a não ser sobre as suas condições.
Um estádio tem as suas condições preparadas num estádio anterior, mas não decorre imediatamente dele: é determinado na acção sobre esse estádio de uma nova contradição.
12. Assim, a organização Sindical, além de ser uma das memórias colectivas do movimento operário, é uma das forças organizativas que opera a passagem do descontentamento à reivindicação, e de cuja eficácia nessa tarefa e no que dela decorre como vitória, resulta um progresso de consciência colectiva, uma melhoria de correlação de forças em vista a lutas futuras, numa ligação directa entre a reivindicação vivida e a

sociedade a construir, ligando portanto a luta parcelar à luta global e dando à acção um carácter de massa.

13. Do que atrás se disse se concluirá que a contradição sindicatos-orgãos autónomos de base não é antagónica. Ela tem de ser analisada à luz da fase de luta de classes em que se insere e dos diversos graus de avanço que esta possa ter local ou sectorialmente.

14. Os orgãos autónomos tendem a surgir num quadro de ruptura, parcial ou global, do modo de produção capitalista.

A experiência diz que tendem rapidamente a ultrapassar fases economicistas e reivindicativas atrasadas para atingirem processos de luta: que põem em causa o próprio sistema de exploração e os seus modos de dominação associados, primeiro ao nível do próprio local de produção e depois a nível global.

15. Num quadro de ruptura, os sindicatos movem-se em terreno pleno de contradições, surgindo, em termos clássicos, as seguintes linhas de tendência:

- Deprecimento face ao avanço dos orgãos autónomos;
- Luta contra esses avanços se controlados quer por burocracias que prosseguem a sua própria lógica - a sua perpetuação -, quer por organizações políticas social-democratas ou conservadoras que os utilizem para o enquadramento ideológico e a divisão dos trabalhadores.

E, o que parece mais correcto, sua utilização para o favorecimento do processo de avanço dos orgãos autónomos de base nos casos sectoriais ou regionais em que a sua evolução seja mais lenta, e para promover a articulação entre esses orgãos no sentido de criar condições para o processo da sua unificação, modo institucionalizado de dominação a nível global do aparelho produtivo pelo colectivo social.

16. Em situação de refluxo, a organização sindical, institucionalizada e com o seu corpo burocrático e logístico, e com os seus fins próprios, mantém-se mais facilmente que os orgãos autónomos de base, tendendo, nessas condições, a ser uma compo



- nente importante do esqueleto organizativo de massas dos trabalhadores.
17. Na problemática de sindicatos versus Partidos, a experiência histórica aponta para a defesa da sua independência orgânica. Já a dependência "de facto" através de militantes de Partidos não pode ser tratada em termos morais. As ligações partidárias trazem para o seio da organização dos trabalhadores o germe da divisão, resultado muitas vezes de debates ideológicos abstractos na luta contra o inimigo de classe no próprio local onde, de uma forma particular, a exploração se realiza e onde a unidade das suas forças e da sua acção é fundamental, e condição imprescindível da unidade de acção a nível mais elevado.
 18. O mesmo carácter de independência orgânica se defenderá nas relações Sindicato-Estado, evitando que aqueles se transformem em órgãos do aparelho ideológico deste e, portanto, instrumentos privilegiados da legitimação do poder do inimigo de classe.
 19. Na organização global dos Sindicatos defender-se-á a existência de uniões (interligação regional) e de federações (interligação sectorial), com uma cúpula única (Intersindical). Também se defenderá a unidade a todos os níveis de estrutura sindical, por motivos já expostos, e de que a unicidade pode ser um modo de realização se imposta pelos trabalhadores.
 20. A organização vertical em grandes sindicatos nacionais ou federações será, numa sociedade em que ainda não se realizou a inversão da contradição entre as classes, uma forma particular de realização de aliança de classes, com hegemonia potencial de sectores operários, entre partes significativas do bloco histórico: o proletariado industrial, a pequena burguesia de serviços, técnicos e intelectuais assalariados.
 21. Defender-se-á, sob o ponto de vista de estrutura interna de cada sindicato, uma real organicidade, condição de uma verdadeira democracia interna, esta necessária para, por um lado

dar uma maior eficácia à acção, e por outro, para proporcionar aos trabalhadores uma prática prefigurante, embora embrionária, da apropriação do aparelho produtivo pelo colectivo social.

Serão assim de rejeitar as concepções eleitoralistas ou de delegação permanente de poderes, características dos sindicatos sob hegemonia social-democrata ou de um projecto burocrático de sociedade.

Notar que a democracia interna não se mede só por critérios negativos como sejam os da existência de obstáculos à expressão de base.

É necessário que a organização sindical a todos os níveis faça prova de capacidade de proposta e de acção, sem o que cairá num dos vícios atrás citados. Para tal, a activação das comissões sindicais e intersindicais, na empresa, e dos órgãos intermediários entre estes e a direcção, com poderes deliberativos, será fundamental.

O direito de tendência, no sentido da representação das minorias ao nível de cúpulas dirigentes, parece desvalorizado face à proposta de organicidade da estrutura sindical surgindo ligado, como panaceia, nos casos de organização do tipo eleitoralista ou burocrático.

22. Em tudo o que atrás se disse não se fez, e não se faz agora, distinções na acção proposta, quer se trate de sindicatos de serviços, operários, agrícolas; de sectores nacionalizados, de sectores privados ou públicos.

Entende-se, efectivamente, que essas distinções não têm lugar numa sociedade em que a revolução socialista não se deu, em que a apropriação da mais valia pela classe dominante é feita de uma forma particular a nível de empresa privada, mas de uma forma global mediada pelo seu domínio do aparelho de Estado, das Empresas públicas e nacionalizadas.

23. Não se conclua que em todos os sectores as sociedades sejam iguais e que nalguns deles não exista a possibilidade de hegemonia, ou pelo menos controle, pelas forças de transforma-

ção social. É importante que se utilize a margem de manobra de que dispõe na fronteira entre as "reformas recuperáveis" que a classe dominante utiliza, para o enquadramento, pela legitimação, das classes trabalhadoras, e as "reformas revolucionárias" de cuja exemplaridade podem resultar ganhos importantes na credibilidade e viabilidade do projecto alternativo de classe.

Todavia, salvo em situações de ruptura ou próximo disso, tais casos são limitados, pontuais e instáveis.

24. O que se disse liga-se também com a problemática do Plano e Controle da Produção.

Será efectivamente possível que a dinâmica social tenha permitido o controle de sectores do aparelho produtivo.

Nessas condições, uma correlação de forças favorável pode permitir a elaboração de um Plano sectorial controlado, em termos parciais na empresa e globais em todo o sector.

As comissões de controle da produção poderão ter suporte elevado na estrutura técnica e burocrática que a organização sindical pode proporcionar e que se revela particularmente útil no caso de sectores económicos de funcionamento mais complexo.

25. De tudo o que atrás se disse, se poderá, face à realidade portuguesa actual, apresentar uma proposta de acção sindical baseada nos seguintes princípios:

- Independência face ao Estado
- Independência face aos partidos
- Organização vertical
- Unicidade Sindical a todos os níveis
- Real organicidade interna, condição de verdadeira democracia.
- Articulação, dentro da empresa, com as comissões de trabalhadores e comissões de controle da produção, reconhecendo os âmbitos de acção respectivos e a possibilidade de dife-



rentes graus na sua maturação.

- Estabelecimento de uma relação fraternal com o Movimento Cooperativo de Produção, superando as ambiguidades existentes e revendo a tática de apropriação deste sector pelo aparelho sindical.
- Análise do Plano 77/80 e dos planos sectoriais e regionais considerados como documentos definidores da estratégia do Estado face ao Movimento Operário, buscando através dessa análise as respectivas táticas adequadas aos sucessivos momentos de correlação de forças que se vierem a estabelecer.

Fundação Cuidar o Futuro

5 o movimento dos moradores na área do porto (situação em maio de 1977)



Este texto, bem como o projecto que o determina, surge da contestação de uma situação de crescente enfraquecimento e desarticulação do movimento dos moradores.

Importa, para melhor compreensão das propostas que adiante se avançam procurar traçar o quadro em que surgiram e se desenvolveram as organizações populares pós 25 de Abril, reflectir sobre os motivos do seu enfraquecimento. Pensa-se que só colocando as questões em termos globais se pode perceber correctamente as motivações que determinaram o seu aparecimento de forma fulgurante, bem como explicar a sua rápida "tendência" a desaparecer ou a ser absorvido nos mecanismos políticos tradicionais.

1. O movimento do 25 de Abril, que consubstancia não só desajustamentos conjunturais a nível das Forças Armadas mas e principalmente a incapacidade do regime em resolver os principais problemas nacionais (guerra colonial ; atrazo económico e desajustamento em relação às tendências mais dinâmicas do capitalismo português relacionado com o internacional, como é óbvio) provocou, com o seu triunfo, uma situação de vazio relativo de poder já que a desarticulação dos grupos económicos e políticos anteriormente dominantes, não correspondeu a institucionalização de outro grupo (ou classe) como detentor mais ou menos hegemónico do poder político na sociedade portuguesa.

A indefinição das regras do jogo, em que se movimentavam os diferentes personagens da luta política em Portugal foi muito favorável ao surgimento e desenvolvimento de órgãos de democracia directa (Comissões de Moradores e Trabalhadores, etc.) que procuram de forma mais ou menos voluntariosa "espontânea, descoordenada dar soluções aos inúmeros problemas que o regime fascista tinha legado e que a situação pré-revolucionária que então se desenvolvia exarcebava não só pela incapacidade do novo poder em responder de forma rápida e eficaz a essas carências como também pela desaparecimento ou perda de operacionalidade dos órgãos de repressão vulgarmente institucionalizados (forças policiais; tribunais, etc.).

Essa situação e movimentação longe de ser uma originalidade do processo político português fruto da imaginação revolucionária da

população portuguesa é característica das fases pré-revolucionárias em que existe uma indefinição fundamental sobre as condições de exercício do poder.

Os órgãos de democracia directa nascendo, na maioria dos casos, da tentativa de resolução de problemas limitados adquirem pela sua própria multiplicação um carácter de órgãos de um novo poder, em muitos casos concretos em contradição com o poder político frágilmente dominante.

Em Portugal a inexistência do hábito de formas de delegados de poder, de partidos políticos institucionalizados à data do 25 de Abril, o fraco enquadramento sindical e a existência de uma corrente no interior do M.F.A. que se mostrou sintonizada com as experiências dos órgãos de democracia directa, propiciaram um acrescido vigor a estas manifestações bem assim como criaram um quadro irreal no interior do qual estas movimentações se processavam.

A força que estas experiências parecem ter resultaram mais dum quadro conjuntural extremamente favorável do que de uma real assunção por parte das forças populares de um projecto político que tivesse por base essas mesmas experiências.

O chamado projecto do Poder Popular foi rapidamente neutralizado, enquanto alternativa política, à medida que se iam estabelecendo formas institucionais de poder delegado (eleições legislativas, etc.) e os mecanismos dos enquadramentos político e sindical se fortaleciam. O afastamento do sector militar que apoiava, de forma mais ou menos evidente, aquele projecto veio por a nã a fraqueza real de um movimento que não conseguiu criar formas organizativas às escalas regionais, nacionais e sectoriais capazes de auto-sustentarem o projecto político que pretendiam representar.

Mais consentidas do que impostas as "conquistas" obtidas com base nestes órgãos tendem a ser eliminadas à medida que a envolvente política adquire componentes desfavoráveis relativamente a este projecto.

Paradoxalmente a aprovação pela Assembleia do M.F.A. do Documento Guia POVO-MFA marca o canto do cisne desta formulação alternativo do poder político com a saída 2 dias depois do IV Governo

Provisório, do Partido Socialista. A partir daí, trata-se apenas de uma questão de tempo até à completa erosão das potencialidades imediatas deste projecto.

A recuperação das formas tradicionais de exercício de poder político (parlamentarismo, etc.) implicavam, pelo menos momentaneamente, o enfraquecimento de órgãos que tinham sido atirados para o cerne de um projecto político e que eram em grande parte subjectivamente alheios.

A rapidez com que se desenvolveu o processo político português, em especial até aos finais de 1975 foi simultaneamente causa e efeito da própria dinâmica do projecto do Poder Popular. O que é certo é que, quando aquele projecto se mostrou inviável a curto prazo, mesmo para os seus mais tenazes defensores, os órgãos populares de base até aí embalados por uma progressão rápida das suas actividades têm que assumir a dimensão da sua fraqueza. Perdidos os apoios a nível do Poder a imediata sensação de ineficácia apossasse de muitos elementos que até então se tinham mostrado activos e que começam a desertar deste tipo de experiências.

Mas se as modificações das condicionantes exteriores vieram clarificar a situação real do movimento dos Moradores convirá passar em análise, ainda que breve, os motivos internos que nele também interviram.

2. Referiu-se atrás como factor propiciador do desenvolvimento dos órgãos de democracia directa a inexistência de partidos políticos (à data do 25 de Abril) e o fraco enquadramento sindical. Só que esses factores estavam também fortemente correlacionados com uma falta de consciencialização política das populações o que, se não era impeditivo do desenvolvimento de acções reivindicativas pontuais, se tornava necessário para a compreensão global das implicações dessas acções, bem assim como para a fuga a processos de instrumentalização que se tornaram crescentes à medida que o movimento assumia proporções "politicamente interessantes" para as diferentes forças partidárias cujo discurso lhes possibilitava a introdução nesse processo. Aquilo que o movimento parecia ganhar em termos de perspectivas globais era perdido, dobrado pela acção dissol

vente que a existência de lutas ideológicas, por vezes de cunho vincadamente abstrato, provocava na unidade dos moradores. Estes factores se associados à evolução atrás esboçada do enquadramento exterior permite compreender o caso particularmente importante da incapacidade de coordenação eficaz inter-associações.

À própria dificuldade de coordenação de um movimento tão vasto num processo de tão rápida dinâmica, acrescem ainda as dificuldades resultantes de uma divisão fictícia por conflitos partidários. Esta situação foi depois hábilmente explorada no sentido de retirar base de apoio popular ao movimento de moradores o que é particularmente fácil ao nível dos problemas inter-associações. As comissões começam a aparecer conotadas a diversas forças partidárias retirando-se daí os dividendos de um enfraquecimento global do movimento. Os órgãos de coordenação existentes (Conselho Revolucionário de Moradores do Porto, Inter-comissões de Moradores de Matosinhos e Gondomar) adquirem conotações partidárias que, existentes ou não, na prática lhes roubam credibilidade.

A impossibilidade crescentemente consciencializada de resolver problemas importantes sem o apoio do aparelho de estado, leva a que se assista a uma tentativa de resolver os problemas de per si, não só nas relações Moradores-Associações bem como entre diferentes Associações.

Esta tentativa como é óbvio reflecte-se mais fortemente nas relações Inter-Associações e leva à perda crescente da importância dos órgãos coordenadores C.R.M.P. Aliás aquele nunca soube, e para além dos problemas partidários atrás referenciados, adquirir estruturas autónomas que lhe possibilitassem agir como coordenador e motor da actividade das Comissões de Moradores.

Apesar desta análise ser em grande parte pacífica não foi possível ainda no Encontro Regional das Comissões e Associações de Moradores das Zonas Degradadas ultrapassar este estado de coisas. Mais uma vez interesses partidários se sobrepuseram aos interesses das populações o que levou ao falhanço parcial do mesmo, mantendo o movimento numa situação de desarticulação face à actual conjuntura e sem perspectivas de actuação globais.

Sintetizando a expressão actual do movimento poder-se-á dizer que a nível das associações (comissões) se encontra ainda por vezes com apreciável capacidade mobilizadora enquanto que inter-associações não se vislumbram possibilidades de acções capazes sem prévia modificação quer qualitativa quer quantitativa das actuais estruturas coordenadoras.

Parece ser no entanto importante frisar a necessidade de perspectivação global das acções a empreender num momento em que a conjuntura não se apresenta muito favorável a processos de alienação de quaisquer forças dispostas a contribuir para o reforço do movimento. Daí cuidados tácticos que são exigidos neste momento e quem pretende alterar a actual situação.

3. Neste momento às Associações de Moradores cabem dois tipos de objectivos:

Defesa do direito importante que assiste às populações de colaborarem no processo de definição e evolução da Cidade e das suas condições de vida, defesa ainda dos interesses das populações junto dos organismos oficiais.

Ataque em relação à degradação das condições de vida que o processo de crescimento desenfreado das cidades, com a especulação imobiliária e fundiária, com a ausência de um planeamento orientado para a satisfação das necessidades dos cidadãos, provoca na vida quotidiana das populações.

Para tal interessa defender a crescente participação popular directa na resolução dos problemas que a afectam. Nesse sentido devem-se avançar formas de cooperação com as autarquias locais embora mantendo autonomia em relação àquelas.

Embora esteja claramente definido a nível da Constituição o enquadramento para as acções de participação popular esta não se tem desenvolvido. "A participação popular é algo mais do que a mobilização da população para aplicar medidas decididas, independentemente dela pelos poderes públicos e pelos especialistas; quem diz participação diz diálogo. Para ser eficaz a participação exige uma livre troca de informações entre todas as partes em causa e deve ser



fundada na compreensão mútua, na confiança e na informação" (Recomendação E.3 da Conferência das Nações Unidas sobre Aglomerados Populacionais - Vancouver 76). Para tal impõe-se que seja vencida a desconfiança atávica com que os gestores públicos olham os órgãos dos moradores. Só dessa forma se conseguirá responder à grandeza dos problemas que há a vencer.

Mas tal se é apenas o reconhecimento de um direito constitucional e de uma recomendação do organismo máximo a nível internacional terá na prática de ser conquistado pelo movimento dos moradores no seu conjunto.

Daqui a necessidade de estruturar o movimento dos moradores, de dotá-lo de instrumentos capazes de o apoiarem organizadamente, de em conjunto se definir uma estratégia global de actuação ao nível da protecção do património urbano e de luta por condições de vida satisfatórias.

A debilidade das actuais formas organizativas não permite que delas se espere serem o instrumento de luta mais conveniente, é necessário aproveitá-lo que há, criar mais e melhor.

De igual forma se considera que a estrutura organizativa a criar deve interessar e envolver, não só os moradores e organização da cidade do Porto, mas também as organizações da área do Grande Porto, buscando assim definir uma estratégia de intervenção a nível de uma unidade de intervenção que possibilite ter em linha de conta os efeitos do crescimento da cidade do Porto e dos efeitos provocados nos concelhos vizinhos.

A democraticidade da nova estrutura será em grande parte responsável por ela corresponder ou não às necessidades do movimento. A isenção e eficácia das suas acções será a condição primeira da sua sobrevivência.

C O N C L U S Õ E S

1. Reconhece-se a necessidade de criar formas organizativas que coordenem, dinamizem e ajudem à acção das Organizações de Moradores da Área do Grande Porto.
2. Considera-se como absolutamente indispensável garantir condições de democraticidade, isenção e eficácia à acção da estrutura organizativa a criar.
3. A criação de uma Federação de Associações de Moradores fundamentada no princípio de livre adesão e da igualdade de condições de participação das diversas organizações de moradores é considerada a forma mais conveniente para essa estruturação.
4. Sublinha-se a importância da Federação promover a criação de serviços técnicos e administrativos de apoio à acção das organizações de moradores de molde a corresponder às necessidades das organizações nela representadas.

Este projecto que visa reforçar o movimento dos moradores só será possível a partir do momento em que seja assumido por um conjunto de Associações (comissões) interessadas e capazes de o levar para a frente. Daí a necessidade de lançar a discussão alargada sobre o problema, forma primeira de o resolver.

6 a crise económica, o movimento cooperativo e a constituição



1. O Estado deve fomentar a criação e a actividade de cooperativas, designadamente de produção, de comercialização e de consumo.
2. Sem prejuízo do seu enquadramento no Plano, e desde que observados os princípios cooperativos, não haverá restrições à constituição de cooperativas, as quais podem livremente agrupar-se em uniões, federações e confederações.
3. A constituição e o funcionamento das cooperativas não dependem de qualquer autorização.
4. A lei definirá os benefícios fiscais e financeiros das cooperativas, bem como condições mais favoráveis à obtenção de crédito e auxílio técnico.

CONSTITUIÇÃO, ARTº. 84º.

A crise económica que o nosso país vai proximamente atravessar não é um fenómeno específico português.

Por todo o sistema capitalista se verificam fenómenos de idêntica natureza: inflação, aumento de desemprego, retracção das despesas publicas, centenas de milhares de jovens em busca do primeiro trabalho. A situação é a de uma crise generalizada a todo o sistema, e à qual se sobrepõe uma crise ideológica não menos importante.

O capitalismo está assim confrontado com os próprios limites, nao tendo encontrado soluções para superar a actual crise no interior do seu próprio quadro, dado que tais soluções implicam o estabelecimento de diferentes modelos de consumo e de produção, de repartição internacional do trabalho.

No nosso país, a superação da crise também terá de encontrar-se fora do quadro único do desenvolvimento do sector privado, e só pode encontrar-se mediante o aproveitamento integral das capacidades dos trabalhadores, só pode encontrar-se praticando o modelo de sociedade preconizado pela Constituição, apoiado nos 3 sec-



tões económicos definidos no Artº. 89º.: sector público (nacionalizado), sector cooperativo e sector privado.

O movimento operário terá um activo papel a desempenhar na exigência dessa prática, no decorrer dos próximos anos. E terá de que o exigir desde já.

O movimento sindical e o movimento cooperativo, parcelas complementares do movimento operário, terão que resolver as ambiguidades ainda existentes, as áreas de contradições ainda patentes, e definir uma estratégia conjugada que permita fazer emergir a presença do movimento operário em todos os aspectos da vida quotidiana.

Entendemos, dadas as estruturas económicas e sociais existentes no país, que o cooperativismo é uma alternativa concreta à crise na perspectiva do aproveitamento integral dos meios de produção existentes, dos solos e dos recursos humanos. Entendemos que os exemplos concretos já adquiridos no decorrer dos últimos anos, as capacidades evidenciadas em centenas de casos, permitem afirmar que os trabalhadores portugueses são o motor determinante da evolução do país, recuperando e transformando unidades em crise, formando outras, criando postos de trabalho, utilizando e adaptando equipamentos a novos objectivos de produção, organizando-se para a promoção de habitação económica, criando novos circuitos de distribuição de produtos essenciais através das cooperativas de consumo, etc.

Nestes anos, o movimento cooperativo tem aprendido à sua própria custa. E sabendo reconhecer algumas das suas próprias insuficiências, conhece também melhor as suas potencialidades e a complementação dos seus vários factores; identificou-se também como parte fraterna do movimento operário; baniu já, em boa parte, as clivagens políticas artificialmente instaladas no seu interior; considera o dirigismo do aparelho de estado sobre o movimento cooperativo transmitido pelo INSCOPE e pelas Comissões de "Apoio" dos vários ministérios, como nada tendo que ver com o quadro constitucional; verifica que os vários diplomas legislativos que têm "contemplado" o sector atraíam o mesmo quadro constitucional e,



objectiva e subjectivamente, pretendem asfixiar e destruir a dinâmica do cooperativismo. Mas, firmemente, permanecerá no terreno, e resistirá e será um dos suportes económicos e sociais da Constituição.

Fundação Cuidar o Futuro

